

Marcha pela terra leva Kaingang a Brasília



“Os colonos não querem fazer nenhum acordo com nós. Só querem ver nós longe da terra. Nós nascemos lá. Nosso cacique tem 80 anos e nasceu ali no Chimbangue”

Brasília, 4 de dezembro de 1984. Às 11 horas da manhã, numa precária barraca de lona preta, com fogareiro, cobertores, um colchonete, apertam-se sete homens, duas mulheres e uma criança gripada. A cuia de chimarrão circula entre esses dez índios Kaingang, do Toldo Chimbangue, que acamparam no gramado do Congresso Nacional. Foi o desfecho do ato que ficou conhecido como a **Marcha Kaingang pela Terra**, traduzida numa faixa colocada ao lado do acampamento: “Somos índios de Santa Catarina, queremos nossas terras”. (ver PORANTIM n.º 58)

A **Marcha pela Terra** visou a chamar a atenção da sociedade nacional e das autoridades para a iminência de um massacre contra esses Kaingang e da urgência na definição da área indígena. Ela iniciou na área dos Kokleng, em Ibirama, de onde os Kaingang seguiram pelas principais capitais do Sul do Brasil: Florianópolis, Porto Alegre, Curitiba e São Paulo. Depois, Brasília. Na Capital Federal, durante os dias em que ficaram acampados, receberam apoio de populares. Todos os que passavam por ali, indo ao trabalho ou voltando, paravam, perguntavam, manifestando solidariedade, em gestos como o do rapaz que levou pedaços de bolo para o grupo. Todos queriam saber por que estavam ali, qual era o problema.

Em Brasília, os Kaingang deram entrevista à imprensa. “Os colonos não querem fazer nenhum acordo com nós. Só querem ver nós longe da terra. Nós nascemos lá. Nosso cacique tem 80 anos e nasceu ali no Chimbangue. Nós não temos condições de enfrentar os colonos. Nós somos poucos”. Deu até no telejornal das 8 da noite, da Rede Globo. Na região, corriam perigo de vida. De acordo com notícias veiculadas por lá, políticos e empresários locais distribuíram entre os colonos armas no valor de Cr\$ 40 milhões. Um desses fornecedores é dono de uma loja de armamentos.

VITÓRIAS

O acampamento produziu algumas vitórias. As primeiras foram a demissão do delegado regional da Funai em Curitiba, João Darcy Ruggieri, e a troca do funcionário que trabalhava na área, por não cumprir a tarefa de defender os índios. A Presidência da Funai prometeu ainda defender a proposta dos Kaingang — demarcação total do Chimbangue, de 2 mil hectares — na reunião do **Grupão** (o grupo de trabalho interministerial para a questão da terra indígena, criado pelo decreto 88.118).

Às 9 horas do dia 5 de dezembro, o **Grupão** se reuniu. Decisão: seus membros prometeram ir, dia 12 de dezembro, à área indígena. Mas essa decisão foi, na verdade, uma forma de protelar a solução definitiva para o caso. O deputado Mário Juruna tentou participar da reunião do **Grupão**, para dar apoio aos índios. O coronel Paulo Pimentel, do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, aproveitou a presença de Juruna como pretexto para se retirar.

Nesse mesmo dia, às 19 horas, os Kaingang levantaram o acampamento. Além do apoio dado por Mário Juruna, os índios receberam solidariedade de outros membros da Comissão do Índio, e também de deputados catarinenses, como Nelson Wedekin.

SITUAÇÃO ATUAL

A Funai se nega a sustentar os ranchos (ração alimentar) semanais e o atendimento de enfermagem. Eustáquio Machado é o novo delegado do órgão em Curitiba. Ele é da mesma escola do Alvaro Villas Bôas. Já foi chefe de posto em Ivaí, no Paraná. De lá tirou 3 mil

pinheiros para construir casas de alvenaria (!) para os índios. Eustáquio esteve no Chimbangue dia 4 de janeiro último. Quer instalar rádio na área, e diz aos índios que não sabe nada da questão da terra, nunca viu documento nenhum. O tal rádio não foi aceito pelos índios.

Os Kaingang denunciaram que continua a devastação da reserva de pinheiros. Outra denúncia: os colonos estão avançando, em mutirão, com homens armados, até nos precários 122 hectares que a Funai negociou, como reserva provisória, em setembro de 84. Silêncio do órgão tutor. No fim de janeiro, os Kaingang do Toldo Chimbangue se reuniram para ver como vão prosseguir na luta. Em meio a isso os colonos disseram que vão impedir que os índios plantem nos 122 hectares, porque a Funai não cumpriu o prazo, fixado até 5 de janeiro, para solucionar o caso no **Grupão**. Com a decisão dos colonos, o caso se complica. Chegou a época de os índios plantarem feijão, arroz, etc. Os Kaingang esperam que tudo seja resolvido, pelo **Grupão**, antes de 15 de março.

